

Relatório de Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo – Sicoob Sul Litorâneo em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Sul Litorâneo completou 28 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

Nosso Desempenho

2.1) Retornos

	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	% Variação	P.D
ROE/ROA				
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	20,99	17,33	3,66	
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	4,13	3,68	0,45	

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		% Variação
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	18.553	17.892	3,69
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.972	10.063	-0,9
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.690	515	228,16
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	8.144	5.896	38,13
Receitas com Ato Não Cooperativo	2.721	1.793	51,76
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	20.679	18.501	11,77
Despesas Tributárias	529	349	51,58
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	2.614	1.973	32,49
Ingressos de Depósitos Interooperativos	14.777	12.498	18,23
Juros ao Capital	3.903	4.813	- 19
Sobras do exercício	8.423	4.190	101,03

Contribuíram para compor a Sobra de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 38,13% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 51,76% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, ocorreu uma variação do grupo de despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2016, de 11,77%.

Houve um aumento de 18,23% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 39,38%.

Foi pago em 29/12/2017 para os associados o valor de R\$ 3.903 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		% Variação
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Ativos Totais	307.146	265.745	15,58
Centralização Financeira	152.608	123.893	23,18
Carteira de Crédito	150.323	135.495	10,94
Depósitos	211.230	177.307	19,13
Patrimônio Líquido	69.939	60.002	16,56
Patrimônio de Referência (PR)	69.904	59.975	16,56

Os destaques para o crescimento da Cooperativa de 2017

O total de ativos atingiu R\$ 307.146 mil ao final de 2017, com crescimento de 15,58% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 19,13% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de 2017 o montante de R\$ 211.230 mil.

O patrimônio líquido cresceu 16,56% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 69.939 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Balanco Patrimonial	Em Milhares R\$		% Variação
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Ativos Totais	307.146	265.745	15,58
Centralização Financeira	152.608	123.893	23,18
Carteira de Crédito	150.323	135.495	10,94
Depósitos	211.230	177.307	19,13
Patrimônio Líquido	69.939	60.002	16,56
Patrimônio de Referência (PR)	69.904	59.975	16,56

3) Pessoas

Contávamos com 81 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 8.713 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. No final de 2017, houve uma concentração de 83,31% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alocada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido,

como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e a sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob

Balanco Patrimonial (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

A T I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		237.657	202.224
Disponibilidades	4	1.453	1.319
Títulos e Valores Mobiliários	5	246	1.186
Carteira Própria		246	1.186
Relações Interfinanceiras	6	152.608	123.893
Centralização Financeira - Cooperativas		152.608	123.893
Relações Interdependências			
Operações de Crédito	7.a	81.124	73.102
Empréstimos e Títulos Descontados		84.405	75.736
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.434	9.885
(-) Provisão para Operações de Crédito	7.d	(12.715)	(12.519)
Outros Créditos	8.1	2.048	2.389
Crédito por Avais e Fianças Honradas		574	440
Rendas a Receber		1.171	1.623
Diversos		677	634
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq Duvidosa		(374)	(308)
Outros Valores e Bens	9	178	335
Outros Valores e Bens		228	456
(-) Provisão para Desvalorizações		(80)	(135)
Despesas Antecipadas		30	14
Não Circulante		69.489	63.521
Realizável a Longo Prazo		58.651	53.260
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.150	2.383
Carteira Própria		1.150	2.383
Operações de Crédito	7.a	56.484	49.874
Empréstimos e Títulos Descontados		52.964	43.677
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		3.520	6.197
Outros Créditos	8.2	1.017	1.003
Diversos		1.017	1.003
Permanente		10.838	10.261
Investimentos	10	8.827	8.132
Participação em Cooperativa Central de Credito		4.407	4.363
Part. em Inst. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.420	3.769
Imobilizado de Uso	11	1.933	2.026
Outras Imobilizações de Uso		4.732	4.439
(-) Depreciações Acumuladas		(2.799)	(2.413)
Intangível	12	78	103
Ativos Intangíveis		327	313
(-) Amortização Acumulada		(249)	(210)
TOTAL		307.146	265.745

P A S S I V O	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		230.277	196.196
Depósitos	13	211.199	177.304
Depósito à Vista		43.196	34.001
Depósito Sob Aviso		1.444	1.353
Depósito a Prazo		166.559	141.950
Outros Depósitos		-	-
Relações Interfinanceiras	14.1	7.343	7.145
Repasses Interfinanceiros		7.343	7.144
Correspondentes		-	1
Relações Interdependências	14.27	918	918
Recursos em Trânsito de Terceiros	15.1	1.427	918
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	2.174	4.350
Empréstimo no País - Outras Instituições		2.174	4.350
Outras Obrigações	8.134	6.479	
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	50	22
Sociais e Estatutárias	16.2	4.607	3.784
Fiscais e Previdenciárias	16.3	451	477
Diversas	16.4	3.026	2.196
Não Circulante		6.930	9.547
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	13	31	3
Depósito a Prazo		31	3
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	301	-	-
Obrig. por Emissão Letras Credito Agronegocio		301	-
Relações Interfinanceiras	14.1	5.551	8.517
Repasses Interfinanceiros		5.551	8.517
Outras Obrigações		1.047	1.027
Diversas	16.5	1.047	1.027
Patrimônio Líquido	18	69.939	60.002
Capital Social	18.a	42.657	38.955
De Domiciliados no País		43.035	39.202
(-) Capital a Realizar		(378)	(247)
Reserva de Sobras	18.b	22.759	19.119
Sobras Acumuladas		4.523	1.928
TOTAL		307.146	265.745

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

– Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 33 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, 22 foram classificadas procedentes e 21 resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Alfredo Chaves – ES, 31 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Demonstrações de Sobras ou Perdas

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)	Nota	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos da Intermediação Financeira		18.476	35.316	36.011
Operações de Crédito	7.1	18.407	35.106	35.407
Res. de Op. com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Finan.	5.1	69	210	604
Dispêndios da Intermediação Financeira		(13.991)	(26.735)	(28.182)
Operações de Captação no Mercado	13.1	(6.896)	(15.670)	(16.543)
Operações de Empréstimos, Cessão e Repasses	14.3	(471)	(1.093)	(1.576)
Provisão para Operações de Créditos		(6.624)	(9.972)	(10.063)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		4.485	8.581	7.829
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Op.		984	4.295	1.611
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		2.422	4.568	2.938
Rendas (Ingressos) de Tarifas		1.917	3.576	2.958
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(4.420)	(8.713)	(7.777)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(5.443)	(10.463)	(8.523)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(271)	(529)	(349)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	6.471	14.777	12.498
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	1.129	2.582	2.067
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(821)	(1.503)	(2.201)
Resultado Operacional		5.469	12.876	9.440
Resultado Não Operacional	25	4	32	(94)
Resultado Antes da Tributação e Participações		5.473	12.908	9.346
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	-
Participações nos Resultados de Empregados		(310)	(582)	(343)
Sobras / Perdas antes das Destinações		5.163	12.326	9.003
Destinações legais e Estatutárias		-	(3.900)	(2.262)
F.A.T.E.S.			(611)	(860)
Reserva Legal			(3.289)	(1.402)
Resultado antes do Juros ao Capital		5.163	8.426	6.741
Juros ao Capital	20		(3.903)	(4.813)
Sobras / Perdas Líquidas		5.163	4.523	1.928

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)	Eventos	Nota	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras Perdas Acum.	Totais
Saldo em 31/12/15			32.035	(148)	17.337	4.177	53.401
Dest. de Sobras Exerc. Anterior:							
Constituição de Reservas					380	(380)</	

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

(em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exerc. Antes da Tributação e Particip.	5.473	12.908	9.346
Participações nos Resultados de Empregados	(310)	(582)	(343)
Depreciações e Amortizações	317	617	523
Provisão de Juros ao Capital	(2.154)	(3.903)	(4.813)
Provisão para perda com operações de crédito	6.624	9.972	10.063
Result. de partic. de coligadas e contr. e Distr. de Sobras	-	(513)	(376)
Resultado das baixas por obsolesc. do Ativo Imobilizado	3	3	-
	9.953	18.502	14.400
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	582	2.173	2.162
Relações Interfinanceiras	4	-	-
Operações de Crédito	(17.848)	(24.604)	6.787
Outros Créditos	784	328	(1.010)
Outros Valores e Bens	134	158	(166)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	2.223	9.195	2.615
Depósitos sob Aviso	38	91	23
Depósitos a Prazo	(525)	24.638	39.085
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	301	301	-
Outras Obrigações	(1.521)	1.673	305
Relações Interfinanceiras	(1.613)	(2.769)	(5.197)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(2.176)	-
Relações Interdependências	1.427	510	(136)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(6.061)	28.020	58.868
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	513	376
Aplicação no Intangível	-	(13)	(42)
Inversões em Imobilizado de Uso	(363)	(490)	(1.039)
Inversões em Investimentos	(171)	(695)	(890)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(534)	(685)	(1.595)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.007	2.042	2.424
Devolução de Capital à Cooperados	(1.376)	(2.881)	(2.831)
Cancelamento de Capital (-)	(18)	(29)	-
Dest. de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(19)	(29)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(200)	(200)	(685)
FATES Sobras Exercício	(411)	(411)	(175)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(103)	(103)	114
Subscrição do Juros ao Capital	3.903	3.903	4.699
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(742)	(742)	(914)
IRRF sobre Juros ao Capital	(46)	(46)	(78)
Aumento de Reservas			
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	2.014	1.514	2.525
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(4.581)	28.849	59.798
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	158.642	125.212	65.414
No Fim do Período	154.061	154.061	125.212
Varição Líquida das Disponibilidades	(4.581)	28.849	59.798

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO - ("SICOOB SUL- LITORÂNEO" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 28 de outubro de 1989, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **Alredo Chaves - ES, Iconha - ES, Piúma - ES, Guarapari - ES, Anchieta - ES, Itapemirim - ES, Viana - ES.**

O SICOOB SUL- LITORÂNEO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de compe-

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

tência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros préfixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	1.191	1.000
Numerário em Trânsito (b)	262	319
Total	1.453	1.319

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa - Circulante	246	1.186
Título De Renda Fixa - Não circulante	1.150	2.383
Total	1.396	3.569

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	210	604
Total	210	604

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	152.608	123.893
Total	152.608	123.893

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$ 14.777 (31/12/2016 - R\$ 12.498) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	457	347
Cheque Especial	2.133	1.930
Conta Garantida	3.066	1.895
Empréstimo	102.413	90.746
Títulos Descontados	19.233	16.085
Financiamentos	10.067	8.410
Financiamentos Rurais	12.954	16.082
Total da Carteira de Crédito	150.323	135.495
(Provisão para operações de Crédito)	(12.715)	(12.519)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	137.608	122.976

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	457	0	0	457
Cheque Especial	2.133	0	0	2.133
Conta Garantida	3.066	0	0	3.066
Empréstimos	16.849	37.890	47.674	102.413
Títulos Descontados	17.687	1.546	0	19.233
Financiamentos	1.513	3.264	5.290	10.067
Financiamentos Rurais	2.631	6.803	3.520	12.954
TOTAL	44.336	49.503	56.484	150.323

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Carteira	Curso	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	31/12/17	31/12/16
Adiant. a	Normal	0	15	573	1.132	605	102	85	11	152	2.675	2.570	
Depost	Anor.	0	0	86	388	497	565	433	430	3.556	5.955	6.402	
Cheque Especial	Normal	0	338	10.495	13.158	7.114	1.587	677	432	2.835	36.336	35.427	
Normal	Anor.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conta	Normal	0	1713	22.697	28.284	3.410	1.319	927	370	3.819	62.539	56.365	
Normal	Anor.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Emp.	Normal	16.168	395.466	685.586	510.924	108.135	32.955	54.088	53.688	80.052	1.937.062	1.811.935	
Normal	Anor.	0	1.766	11.658	46.496	42.907	25.823	29.636	30.991	85.698	274.975	240.288	
Títulos	Normal	20.550	167.877	51.463	36.481	5.820	81	277	382	666	283.597	280.689	
Normal	Anor.	0	0	1.567	3.178	1.564	971	469	437	2.735	10.921	14.856	
Financia-	Normal	686	56.520	74.532	61.319	5.621	1.640	1.401	134	1.563	203.416	200.011	

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Descrição	Conta Corrente	Empr. / Financ.	Título Descont.	Crédito Rural	31/12/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.319	38.487	7.323	0	47.129	31%
Setor Privado - Indústria	30	437	414	0	881	1%
Setor Privado - Serviços	1.861	44.010	5.874	0	51.745	34%
Pessoa Física	2.360	28.841	5.216	12.571	48.988	33%
Outros	86	705	406	383	1.580	1%
TOTAL	5.656	112.480	19.233	12.954	150.323	100%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	12.519	7.063
Constituições	9.914	9.597
Transferência para prejuízo	(9.718)	(4.141)
TOTAL	12.715	12.519

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	7.139	5%	5.428	4%
10 Maiores Devedores	33.597	22%	33.390	25%
50 Maiores Devedores	62.078	41%	59.927	44%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	9.212	5.694
Valor das operações transferidas no período	9.718	4.141
Valor das operações recuperadas no período	(1.711)	(514)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	(2)	1
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(42)	(110)
TOTAL	17.175	9.212

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	1031	912
Rendas de empréstimos	24.482	25.268
Rendas de direitos creditórios descontados	4.803	5.279
Rendas de financiamentos	2.262	2.400
Rendas fin rurais - aplic com recursos livres	11	0
Rd fin rurais aplic rec direcionados à vista obrig	235	0
Rdas fin rurais apl com recursos dir da poup rural	155	0
Rdas fin rurais apl com recursos fontes públicas	5	0
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	432	1.033
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.690	515
Total	35.106	35.407

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honoradas	574	440
Créditos por avais e fianças honoradas	574	440
Rendas a Receber	1.171	1.623
Rendas de convenio a receber	19	21
Rendas a receber - Cartões	196	154
Centralização financeira	848	1.379
Rendas a receber seguros	31	-
Outras Rendas a Receber	77	69
Diversos	677	634
Antecipação Salariais	25	18
Adiantamento de Férias	25	18
Adiantamentos Diversos	22	31
Adiantamento para despesas Diversas	22	31
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	0	10
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	0	10
Devedores por Compra de Valores e Bens	93	-
Sistemas de Transportes	23	-
Imóveis não de uso próprio	70	-
Impostos e Contribuições a Compensar	282	346
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	185	198
Saldo Negativo CSLL – Exercício anteriores	93	148
Cofins a Compensar	3	-
IR Retidos	0	-
Pagamentos a Ressarcir	2	18
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	0	15
Outros	2	3
Títulos de Crédito a Receber	205	167
Tariffas a Receber	205	167
Devedores Diversos - País	48	44
Pro agro a Receber	1	3
Faltas de Caixa	0	25
Pendências a Regularizar	4	5
Seguro Contratados a Receber	13	0
Plano de Saúde a Receber	6	3
Pendências a Regularizar Bancoob	24	8
Total	2.422	2.697
(-) Provisão para Outros Créditos	(374)	(76)
(-) Com característica de concessão de crédito	(3)	0
(-) Avais e Fianças Honoradas	(371)	(308)
Total Outros créditos Líquido	2.048	2.389

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	1.017	982
Pis – Depósito Judicial	162	157
Cofins – Depósito Judicial	855	825
Para interposição de recursos trabalhistas	0	21
Para interposição de recursos trabalhistas	0	21
Total	1.017	1.003

Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	150	440
Imóveis	120	305
Veículos e Afins	30	135
Máquinas e Equipamentos	-	-
Almoxarifado	78	16

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(80)	(135)
Despesa Antecipada	30	14
Prêmio de seguros	7	8
Outros	23	6
Total	178	335

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central	4.407	4.363
Participações em Cooperativa Central de Crédito	4.407	4.363
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	4.420	3.769
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	4.420	3.769
Total	8.827	8.132

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Instalações	10%	1.958	1.691
(-) depreciação acumulada de instalações		(1.091)	(783)
Saldo Instalações		867	908
Móveis e Equipamentos	10%	1.093	1.044
(-) depreciação acumulada de móveis e equip de uso		(598)	(550)
Saldo Móveis e Equipamentos		495	494
Sistema de Processamento de Dados	10%	1.069	1.057
(-) sistema de processamento de dados		(758)	(729)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		311	328
Sistemas de Comunicação	20%	79	64
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(44)	(37)
Saldo Sistemas de Comunicação		35	27
Sistemas de Segurança	10%	434	421
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(259)	(221)
Saldo Sistemas de Segurança		175	200
Sistemas de Transporte	20%	99	162
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(49)	(93)
Saldo Sistemas de Transporte		50	69
Subtotal		4.732	4.439
Depreciação acumulada		(2.799)	(2.413)
Total Líquido Imobilizado.		1.933	2.026

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	327	(249)	10%	327	313
Total				327	313
Amortização acumulada				(249)	(210)
Total				78	103

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operação, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	43.196	34.001
Depósito Sob Aviso	1.444	1.353
Depósito a Prazo	166.590	141.953
Total	211.230	177.307

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n° 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	9.126	4%	13.554	8%
10 Maiores Depositantes	42.388	20%	40.266	23%
50 Maiores Depositantes	71.628	34%	61.991	36%

13.1 Operações de Captação no Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	131	174
Despesas de Depósitos a Prazo	15.232	16.138
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	1	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	306	231
Total	15.670	16.543

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	7.241	5.348	15.128
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	102	203	533
Total			7.343	5.551	15.661

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	2.174	-	4.350
Total			2.174	-	4.350

14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	295	574
Despesas de repasse - Central	18	103
Despesas de repasse - Bancoob	780	899
Total	1.093	1.576

15. Relações Interdependências

As relações de interdependências que o Sicoob possuem tratase de recursos em trânsito de terceiros para cumprimento de ordens de pagamento por conta de terceiros.

15.1 Recursos em Trânsito de Terceiros

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordem de Pagamento	1.427	918
Total	1.427	918

16. Outras Obrigações
16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito - IOF	50	21
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	-	1
Total	50	22

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	2.162	2.262
Provisão para Participações nos Lucros – empregados (b)	308	341
Gratificações a Dirigentes (c)	122	12
Cotas de Capital a Pagar (d)	2.015	1.169
Total	4.607	3.784

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 308 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/18.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	69	59
Imposto e contribuições s/ salários	254	242
Outros	128	176
Total	451	477

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Pessoal	518	481
Água/Energia/Gás		

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 33.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL- LITORÂNEO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido
(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	42.657	38.955
Associados	16.337	13.940

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28/04/2017, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, parte para o Fundo de Reserva, no valor de R\$ 351 e o restante para o aumento do capital social, no valor de R\$ 1.558 e R\$ 19 a ex-associados.

(e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	8.423	4.190
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	200	685
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	8.223	3.505
Destinações estatutárias	3.700	1.577
Reserva legal - 40%	3.289	1.402
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	411	175
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.523	1.928

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	3.344	2.163
Despesas específicas de atos não cooperativos	(572)	(248)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não coop.	(1.057)	(616)
Resultado operacional	1.715	1.299
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	32	(94)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.747	1.205
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	1.747	1.205

20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa provisionou juros sobre o capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A provisão está sendo constituída em 80% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997. O pagamento se efetivará no encerramento do exercício.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	3.903	4.813
Juros ao Capital – Associados Desligados	103	-
IRRF sobre Juros ao Capital	46	89
Creditado em Conta Corrente	742	914

21. Dispendios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1315	1180
Despesas de pessoal - benefícios	1532	1283
Despesas de pessoal - encargos sociais	1673	1518
Despesas de pessoal - proventos	4074	3695
Despesas de remuneração de estagiários	116	98
Despesas de pessoal - outros	3	3
Total	8.713	7.777

22. Outros Dispendios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infra-estrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gas	281	258
Despesas de aluguéis	864	721
Despesas de comunicações	465	402
Despesas de manutenção e conservação de bens	96	86
Despesas de material	124	152
Despesas de processamento de dados	1407	860
Despesas de promoções e relações públicas	88	95
Despesas de propaganda e publicidade	58	119
Despesas de publicações	15	9
Despesas de seguros	15	11
Despesas de serviços do sistema financeiro	2063	2329
Despesas de serviços de terceiros	630	511
Despesas de serviços de vigilância e segurança	844	690
Despesas de serviços técnicos especializados	424	363
Despesas de transporte	393	251
Despesas de viagem no país	53	51
Outras despesas administrativas	2026	1092
Despesas de amortização	39	35
Despesas de depreciação	578	488
Total	10.463	8.523

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para garantias prestadas	73	0
Reversão provisão para contingência	49	0
Rendas juros cartão de crédito	970	712
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	183	237
Dividendos	513	376
Crédito receita sipag - faturamento	52	25
Crédito receita sipag - antecipação	168	47
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	395	255
Rendas intercâmbio - cartão de débito	7	42
Receita volume financeiro - rede	1	1
Rendas de repasses delcredere	82	88
Outras rendas operacionais	44	0
Outros	45	284
Total	2.582	2.067

24. Outros dispendios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	5	0
Contingentes	28	0
Provisão para garantias presta	251	0
Operações de crédito	99	553
Perdas - práticas inadequadas	13	3
Descontos concedidos – operações de credito	326	932
Passivos contingentes	0	25
Cancelamento - tarifas pendentes	378	347
Contribuição ao fundo ressarcimento frades	14	6
Contribuição ao fundo ressarcimento perdas operacionais	8	4
Contribuição ao fundo tecnologia da informação	286	283
Outras Contribuição diversas	19	17
Outras despesas	76	31
Total	1.503	2.201

25. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Lucro em Transações com Valores de Bens	86	20
Ganhos de Capital	16	14
Reversão de Provisões não Operacionais	55	77
Outras Rendas não Operacionais	32	31
(-) Prejuizos em Transações com Valores e Bens	(129)	(13)
(-) Perdas de Capital	(24)	(2)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	(212)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(4)	(9)
Total	32	(94)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	5	-	-
Conta Garantida	83	(1)	3%
Crédito Rural	261	(4)	2%
Empréstimo	376	(7)	-
Financiamento	41	-	-
Títulos Descontados	262	(2)	1%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	0,18%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,58%
Crédito Rural	0,06%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	398
Empréstimos e Financiamentos	1.179

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	225	0,52%	-
Depósitos a Prazo	1.833	1,09%	90%a 100% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques	1,45% a.m. à 4,00% a.m	1,45% a.m. à 4,00% a.m
Empréstimos	0,95% a 4,85 a.m. – CDI+0,50 a CDI+3,00% a.m.	0,95% a 4,85 a.m. – CDI+0,50 a CDI+3,00% a.m
Crédito Rural - Repasses	2,50% a. 10,50 a.a. + TR	2,50% a. 10,50 a.a + TR
Renegociações	1,20% a 4,00 a.m. – CDI+0,30 a CDI+3,00% a.m.	1,20% a 4,00 a.m. – CDI+0,30 a CDI+3,00% a.m.

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Aplicações financeiras – RDC Longo CDI	90%a 100% CDI	90%a 100% CDI

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.080
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	37

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Crédito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente na diretoria colegiada e com o Bancoob.

	Transações com Sicoob Central ES e Bancoob	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	154.004	127.462
Títulos e Valores mobiliários	1.396	3.569
Relações Interfinanceiras	152.608	123.893
Passivo	15.068	20.011
Relações Interfinanceiras	12.894	15.661
Obrigações por Empréstimos e Repasses	2.174	4.350
Receitas	14.997	13.102
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	220	604
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	14.777	12.498
Despesas	2.480	2.299
Operações de Empréstimos e Repasses	1.093	1.576
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	1.387	723

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO - SICOOB SUL- LITORÂNEO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

O SICOOB SUL- LITORÂNEO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL-LITORANEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORANEO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CREDITO DE

Notas Explicativas (em 31/12/2017 e de 2016 - em milhares de R\$)

LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceito do artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO SUL-LITORÂNEA DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB SUL LITORÂNEO** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 18.701 (31/12/2016 - R\$ 13.998), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

30. Seguros contratados - Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 3444, de 28/02/2007, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	69.904	59.975
Margem de Compatibilização	46.210	39.152
Índice da Basileia	38,35%	37,44%
Margem de Imobilização	32.976	27.885

Alfredo Chaves-ES, 31 de dezembro de 2017.

Fabrizio Soares Damasceno
 Diretor Executivo
 CPF: 813.168.287-00

Luzia Ignéz Gallina
 Diretora Operacional
 CPF: 009.745.227-08

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
 Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
 CPF: 007.835.517-62

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - Sicoob Sul Litorâneo

Alfredo Chaves/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul-Litorânea do Espírito Santo - Sicoob Sul Litorâneo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Sul Litorâneo em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Sul Litorâneo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 20 de fevereiro de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG - 90.766/O-4
 CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul Litorânea do Espírito Santo - Sicoob Sul Litorâneo**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos - Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 20 de fevereiro de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Alfredo Chaves/ES, 22 de Março de 2018.

Renato Rosetti Conde
 Coordenador do
 Conselho Fiscal

Mateus Leitão Ollizi
 Secretário do
 Conselho Fiscal

Dayan Ribeiro dos Santos
 Conselheiro Fiscal
 Efetivo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:
 Fábio Antônio Novas
VICE-PRESIDENTE:
 José Américo Barbosa Barreto
CONSELHEIROS:
 Gleyson Caprini
 José Carlos Benincá
 Luiz Carlos Ferreira Rangel
 Osimar Almeida Júnior
 Wezeron Rangel Rossi

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS:
 Dayan Ribeiro dos Santos
 Mateus Leitão Ollizi
 Renato Rosetti Conde
SUPLENTE:
 Anderson Ludovico Perdigão
 Laiza Volponi Paganini Passamani
 Maria Helena Bona Gracelli
DIRETORIA
DIRETOR EXECUTIVO:
 Fabrizio Soares Damasceno
DIRETORA OPERACIONAL:
 Luzia Ignéz Gallina

